



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
Superintendência Regional de Ensino de Pará de Minas / Diretoria Administrativa e Financeira / Divisão Operacional e Financeira / Setor de Compras

Pará de Minas, 07 de novembro de 2024.

SEE/SRE PARAMINAS DIVOFCOMPRAS

PADRÃO - TERMO DE REFERÊNCIA RP DE BEM(LEI14133)



ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE PARÁ DE MINAS

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA/SETOR DE COMPRAS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - COMPRA DE BENS

DATA	ÓRGÃO SOLICITANTE	NÚMERO DA UNIDADE DE COMPRA
08/11/2024	Secretaria de Estado de Educação/Superintendência Regional de Pará de Minas	1261317

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO	SUPERINTENDÊNCIA OU DIRETORIA OU UNIDADE ADMINISTRATIVA
Nome: Eduardo César da Silveira Sousa E-mail: eduardo.sousa@educacao.mg.gov.br	Diretoria Administrativa e Financeira

SUMÁRIO

- 1. [OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO.. 4](#)
- 2. [FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO](#)
- 3. [REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO](#)
- 4. [MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO](#)
- 5. [CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO](#)
- 6. [MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO](#)
- 7. [FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR](#)
- 8. [HABILITAÇÃO](#)
- 9. [OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES](#)
- 10. [INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS](#)
- 11. [ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO](#)
- 12. [DEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA](#)

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de fornecimento de **CAFÉ**, sob a forma de entrega **ÚNICA**, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste documento.

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	1370928	Apresentação: torrado e moído; Identificação: 100% da espécie arábica; Identificação: origem única ou blendados; Identificação: padrão de qualidade global entre 7,3 e 10 ponto; Perfil sabor: bebida mole ou dura; Aroma: suave ou intenso; Corpo: encorpado; Moagem: média a fina; Torra: máxima até o ponto achocolatado; Sistema Agstron; Sabor suave ou intenso.	Embalagem a vácuo, validade 12 meses. Apresenta dados de identificação do produto, data de fabricação, validade e número do lote estampadas no rótulo.	Pacote de 500 gramas	550	R\$ 21,43	R\$ 11.786,50

- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 48.586, de 2023.
- 1.3. Compra com lote(s) exclusivo(s) para fornecedores qualificados como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparados, aptos a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido disposto no art. 48, inciso I, e art. 49, inciso IV, da Lei Complementar nº 123, de 2006 c/c no art. 8º Decreto nº 47.437, de 2018.
- 1.4. Não será necessário firmar instrumento de contrato, conforme disposto no art. 95, I - dispensa de licitação em razão de valor; II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo este substituído por nota de empenho de despesa e autorização de compra.
- 1.5. **ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO**

1.5.1. APRESENTACAO: TORRADO E MOIDO; IDENTIFICACAO (1): 100% DA ESPECIE ARABICA; IDENTIFICACAO (2): ORIGEM UNICA OU BLENADOS; IDENTIFICACAO (3): PADRAO DE QUALIDADE GLOBAL ENTRE 7,3 E 10 PONTOS; PERFIL SABOR: BEBIDA MOLE OU DURA; AROMA: SUAVE OU INTENSO; CORPO: ENCORPADO; MOAGEM: MEDIA A FINA; TORRA: MAXIMA ATE O PONTO ACHOCOLATADO, SISTEMA AGTRON; SABOR: SUAVE OU INTENSO.

1.5.2. **Café torrado e moído 100% arábica, embalado à vácuo**, gourmet. A utilização neste Termo de Referência do código do item de material: 1370928, do Catálogo de Materiais e Serviços (CATMAS), justifica-se pela conformidade com a Resolução Conjunta SEPLAG/SEAPA/SES nº 28, de 09 de outubro de 2018, que define a norma técnica para fixação da identidade e qualidade sensorial do café torrado em grão e torrado e moído para aquisição pelos órgãos e em dades do Poder Executivo Estadual.

1.5.2.1. As exigências das características do objeto do certame é devido ao disposto no art. 1º da Resolução ConjuntaSEPLAG/SEAPA/SES N° 028, de 21 de setembro de 2018 que determina: "Ficam definidas as normas de aquisição de café torrado em grão e torrado e moído pelos órgãos e em dades do Poder Executivo Estadual que obedecerão aos critérios previstos nesta Resolução."

1.5.2.2. O item fornecido deverá estar de acordo com as exigências contidas na Resolução Conjunta SEPLAG/SEAPA/SES N° 028,de 21 de setembro de 2018, conforme descrito: o café deverá atender ao Regulamento Técnico para o Café (Resolução ANVISA RDC nº 277 de 22 de setembro de 2005); Regulamento Técnico de limites máximos tolerados (LMT) para microtoxinas em alimentos (Resolução ANVISA RDC nº 007 de 18 de fevereiro de 2011); Regulamento Técnico que trata das sujidades leves e substâncias estranhas existentes em alimentos e bebidas (Resolução ANVISA RDC nº 014, de 28 de Março de 2014); Regulamento Técnico sobre Condições Higiênico-Sanitárias de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos (Portaria nº 326 de 30 de julho de 1997); Regulamento Técnico para Rotulagem de Alimentos Embalados (Resolução RDC nº 259 de 20 de setembro de 2002); Regulamento Técnico Metrológico (Portaria INMETRO nº 157 de 19 de agosto de 2002); Regulamento Técnico de padronização do conteúdo líquido dos produtos pré-medidos acondicionados (Portaria Inmetro nº 153 de 19 de maio de 2008); a Lei 10.674 de 16 de maio de 2003; a Instrução Norma va MAPA nº 08, de 11 de junho de 2003; as suas respectivas atualizações e as demais regulamentações pertinentes em vigência. E ainda, deverá ser embalado em no máximo 30 dias anteriores à data de entrega do produto. Os registros da data de fabricação/embalagem e validade deverão estar estampados no rótulo da embalagem.

1.5.3. O Procedimento de contratação será por Dispensa de Licitação por Valor (COTEP) a ser realizado no Portal de Compras.

1.6. Para o lote do Café, torrado e moído, a empresa deverá atender aos requisitos previstos na Resolução Conjunta SEPLAG/SEAPA/SES nº 28, de 09 de outubro de 2018. As exigências das características do objeto do certame são referentes ao disposto no art. 1º da Resolução Conjunta SEPLAG/SEAPA/SES N° 028, de 21 de setembro de 2018 que determina: "Ficam definidas as normas de aquisição de café torrado em grão e torrado e moído pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual que obedecerão aos critérios previstos nesta Resolução." Café torrado e moído 100% arábica. **Embalagem a vácuo, validade máxima de 12 meses**. A utilização neste Termo de Referência do código do item de material: 1370928, do Catálogo de Materiais e Serviços (CATMAS), justifica-se pela conformidade com a Resolução Conjunta SEPLAG/SEAPA/SES nº 28, de 09 de outubro de 2018, que define a norma técnica para fixação da identidade e qualidade sensorial do café torrado em grão e torrado e moído para aquisição pelos e entidades do Poder Público Estadual.

1.7. **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO OBJETO:**

1.7.1. **EMBALAGEM A VACUO, VALIDADE 12 MESES**. APRESENTA DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO, DATA DE FABRICACAO, VALIDADE E NUMERO DO LOTE ESTAMPADAS NO ROTULO.

2. **FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. O artigo 5º da Lei de Licitações destina-se a garantir a observância do Princípio Constitucional da Isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os Princípios Constitucionais e Administrativos, tanto quanto pelo Princípio da Motivação, em adquirir produtos de uso fundamental para a Superintendência Regional de Ensino de Pará de Minas (SRE), desta forma, através da DAFI, Diretoria Administra va e Financeira, justifica-se a aquisição do Café. Portanto, tal justificativa se baseia na necessidade da aquisição de Café torrado e moído, para suprir demandas da Superintendência Regional de Ensino de Pará de Minas para o ano corrente, visto que, até a data deste Termo de Referência, a Secretaria de Estado de Educação de MG não possui Registro de Preços vigentes, como órgão participante e nem com disponibilidade de quotas por carona em Atas vigentes de outros órgãos.

2.2. Informamos que a unidade solicitante está ciente para o cumprimento dos 30% (trinta por cento) com a aquisição pela PAA-Familiar do respectivo material a ser adquirido por CHAMADA PÚBLICA. Elencamos que tal aquisição será para o fornecimento da bebida, que é oferecida diariamente nos turnos das manhãs e tardes aos 108 (cento e oito) servidores da Casa, bem como para o atendimento em reuniões previstas para os setores pedagógicos, administrativos e demais encontros pertinentes às jurisdições da SRE Pará de Minas e para atender a EE Professor Agmar Gomes do Couto.

2.3. Para fundamentar a motivação do ato administrativo, em primeiro plano o gestor público definiu que o café é objeto da cultura do serviço público, tradicionalmente consumido nas repartições públicas e privadas, reuniões e até comemorações de datas folclóricas e populares. Em Minas Gerais, além de ser tradição a utilização do insumo, é um importante negócio que produz mais de 50% do que se produz nacionalmente sendo, portanto, uma solução preenchida dos aspectos da sustentabilidade social e econômica, garantindo empregos diretos e indiretos.

2.4. Esta aquisição, avaliada em sua conveniência e oportunidade pela autoridade ordenadora de despesa, foi considerada útil para bom andamento dos trabalhos. Sendo a sua utilização necessária aos servidores que laboram nesta unidade, considerando que o seu consumo proporciona melhoria qualitativa nos trabalhos realizados pelos servidores. O consumo em quantidades moderadas torna o cérebro mais atento e capaz de suas atividades intelectuais. Diminui a incidência de apatia e estimula a memória, atenção e concentração, além de favorecer o bem-estar no ambiente de trabalho. A meta da contratação é servir até 65.000 mil doses de café no período de 12 (doze) meses, para atender a Superintendência Regional de Ensino de Pará de Minas.

2.5. A diretoria administrativa e financeira, desta unidade administrativa, explicita ainda que se trata de oferta regular aos servidores ativos, como sinal de cortesia e respeito ao servidor, preservando uma tradição, tendo em vista que o seu consumo proporciona, em tese, a melhoria qualitativa nos trabalhos realizados pelos servidores. O consumo em quantidades moderadas não apenas tem um efeito despertador nas pessoas, mas também causa melhorias nas funções cognitivas, segundo uma pesquisa conjunta das universidades de Lille e Estrasburgo, na França, (<https://olhardigital.com.br/2022/06/09/medicina-e-saude/estudo-diz-que-cafe-pode-deixar-marcas-profundas-no-cerebro/>). É notório e sabido, que na iniciativa privada, apesar de não ser regra impositiva, o intervalo para o café é praticado, mesmo sendo facultativo, em razão da relevância quanto à qualidade de desempenho dos funcionários.

2.6. No que tange ao interesse público, envolvido na aquisição, justificamos que o consumo, moderado, do Café proporciona melhorias na qualita va dos trabalhos realizados pelos servidores e demais colaboradores, a bebida é rica em cafeína, substancia que incentiva a liberação de dopamina, um neurotransmissor cerebral que estimula o organismo e melhora a disposição para trabalho, capaz de ampliar a capacidade humana de atenção e memória em logo prazo, promovendo o bem estar e estimulando a produtividade na ambiente de trabalho.

2.7. Assevera-se que a aquisição do insumo, café em pó, torrado e moído, apoia-se em três principais fatores: melhoria das funções cognitivas, em que pese, que o trabalho do servidor público renda mais; cultura e tradição estadual do maior produtor de café do país, o Estado de Minas Gerais, fomento da atividade cafeeira, geradora de empregos diretos e indiretos, e de grande vulto na balança comercial. Uma saca de café vale mais que sacas de açúcar, soja, milho e até mesmo que uma tonelada de mandioca, dada a importância do insumo para o mundo e, portanto, seu valor cultural para o Estado de Minas Gerais.

2.8. No que disciplina o Art. 18, §1, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, informamos que as definições das quantidades de todos os itens a serem adquiridas foram procedidas como base, o consumo médio mensal, os quantita vos das compras, já efetuadas em anos anteriores e pelos dados informados pela Coordenação do Almoxarifado da SRE, conforme memória de calculo abaixo:

2.8.1. Do café, torrado e moído, pacote de 500 gramas, consumo médio, mensal, atual = 55 pacotes de 500 gramas x 12 meses = **660 pacotes de 500 gramas**, consumo total, previsto para o ano corrente. Portanto, com o percentual de 30% (por cento) reservado para o cumprimento da aquisição PAA-Familiar, será adquirido, para este processo o quantitativo de 70% (setenta por cento), ou seja representando um valor de **460 (quatro centos e sessenta) pacotes de 500 gramas**.

ANO DE 2023/2024	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
QUANTIDADE DE PACOTES DE CAFÉ	60	51	53	50	53	60	59	55	63	60	61	60

2.8.2. Para atender a EE Professor Agmar Gomes do Couto, com consumo total anual de 120 pacotes de 500 gramas, informado pela diretora Iolanda Faria Gonçalves Xavier. Portanto, com o percentual de 30% (por cento) reservado para o cumprimento da aquisição PAA-Familiar, será adquirido, para este processo o quantitativo de 70% (setenta por cento), ou seja representando um valor de **90 (noventa) pacotes de 500 gramas**.

2.9. Diante do exposto, a aquisição de fornecimento de café apresenta-se como a solução adequada para atender às demandas da unidade administrativa, promovendo o bem-estar dos usuários e otimizando os recursos públicos, em conformidade com a legislação vigente.

3. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

3.1. **Da Participação de Consórcio:**

3.1.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente.

3.2. **Da Subcontratação:**

3.2.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

3.3. Da Sustentabilidade:

3.3.1. As licitações e contratações sustentáveis constituem política pública relevante para a Administração, a legislação vigente impõe a observância da sustentabilidade, mediante suas práticas e manifestações nos processos que fomentem e sedimentem a sua instrumentalização para a construção de um meio ambiente sustentável.

3.3.2. A aquisição de café torrado e moído para a unidade administrativa da Secretaria de Estado de Educação, Superintendência Regional de Ensino de Pará de Minas, será conduzida sob a perspectiva da sustentabilidade, alinhada com os princípios da administração pública e as diretrizes da Lei nº 14.133/2021. Para tanto, serão observados os seguintes aspectos:

3.3.2.1. **Valorização da produção local e agricultura familiar:** Dando prioridade à aquisição de café produzido em Minas Gerais, especialmente de agricultores familiares, a Administração Pública fomenta a economia local, gera emprego e renda, e fortalece a agricultura familiar, contribuindo para a inclusão social e o desenvolvimento regional.

3.3.2.2. **Incentivo às práticas sustentáveis de produção:** Serão priorizados fornecedores que adotem práticas agrícolas sustentáveis, considerado um diferencial a produção de café orgânico certificado, podendo ser aplicado um percentual de até 30% (trinta por cento) de acréscimo em relação aos produtos convencionais, na hipótese de impossibilidade de cotação de preços no mercado local ou regional, como forma de incentivo à produção sustentável e valorização da agricultura familiar. De acordo com a Lei nº 10.831/2003, considera-se sistema orgânico de produção agropecuário todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante o manejo ecológico dos recursos naturais e com a proibição do uso de substâncias que comprometam a saúde humana e o meio ambiente. Assim, para que um produto seja considerado orgânico, ele deve ser produzido em um sistema que: **Exclua** o uso de fertilizantes, agrotóxicos e transgênicos sintéticos; **Utilize** métodos de controle biológico de pragas e doenças; **Promova** a biodiversidade e a sustentabilidade do agroecossistema. Por fim, se faz necessário que o produto seja **certificado** por organismos credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Assim as culturas orgânica ou agroecológicas privilegiam o uso responsável de recursos hídricos, a conservação do solo, a redução do uso de agrotóxicos e a promoção da biodiversidade, especialmente aqueles que se enquadrem no conceito de agricultura familiar, conforme a legislação vigente. A aquisição de café proveniente da agricultura familiar, especialmente se produzido de forma orgânica, contribui para a geração de emprego e renda, o desenvolvimento local e a preservação do meio ambiente.

3.3.2.3. **Análise do ciclo de vida do produto:** A escolha do fornecedor levará em consideração a análise do ciclo de vida do café, desde o cultivo até a disposição final das embalagens, buscando minimizar o impacto ambiental em todas as etapas. Serão priorizadas embalagens ecologicamente corretas, como as compostáveis ou recicláveis, e a utilização de sistemas de logística reversa.

3.3.2.4. **Responsabilidade social e comércio justo:** Serão valorizados fornecedores que demonstrem compromisso com a responsabilidade social, oferecendo condições de trabalho justas aos seus colaboradores, promovendo a igualdade de gênero e combatendo o trabalho infantil. Adicionalmente, será dada preferência a fornecedores que adotem práticas de comércio justo, garantindo preços remuneradores aos produtores e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades produtoras.

3.3.2.5. **Redução do desperdício:** A contratação buscará soluções que minimizem o desperdício de café, como a aquisição de embalagens adequadas ao consumo da unidade administrativa e a promoção de campanhas de conscientização sobre o consumo responsável.

3.3.3. A adoção destes princípios de sustentabilidade na aquisição de café torrado e moído demonstra o compromisso da Administração Pública com o desenvolvimento sustentável de Minas Gerais, a promoção da justiça social e a preservação do meio ambiente, ao mesmo tempo em que garante a qualidade do produto e a economicidade da contratação.

3.3.4. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

3.3.4.1. Em atenção ao art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, tratando o objeto da contratação de bens, deverão ser preferencialmente acondicionados em embalagem que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante seu transporte e o armazenamento.

3.3.4.2. Os produtos embalados devem ser observadas as regras de rotulagem nutricional (Resoluções 359 e 360, de 23 de dezembro de 2003, da ANVISA), as relativas a aditivos para materiais plásticos (RDC nº 17, de 17 de março de 2008) e a proibição do uso industrial de embalagens metálicas soldadas com liga de chumbo e estanho para acondicionamento de gêneros alimentícios, exceto para produtos seco ou desidratados (Lei nº 9832/1999).

3.3.4.3. Os gêneros alimentícios devem observar a RDC nº 24, de 15 de fevereiro de 2005 da ANVISA.

3.4. Da indicação de marcas ou modelos

3.4.1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação.

3.5. Da vedação de utilização de marca ou modelo

3.5.1. Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

3.6. Da exigência de carta de solidariedade

3.6.1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

3.7. Da Garantia da Contratação

3.7.1. Não será exigida garantia de execução da contratação para este objeto.

3.8. Da garantia do produto, da manutenção e da assistência técnica

3.8.1. Será aplicada ao produto/bem somente a garantia legal estabelecida pelo art. 26, da Lei Federal nº. 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

4. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**4.1. Do Prazo de Entrega**

4.1.1. O prazo de entrega do objeto é de até **10 (dez) dia úteis** contado do dia seguinte ao recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou documento equivalente, em remessa única.

4.1.2. Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de entrega, o Contratado poderá solicitar prorrogação da entrega, ficando a cargo da área demandante acolher a solicitação, desde que não haja prejuízo no abastecimento, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, conforme disposto no inciso V, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.1.3. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.2. Do Local e Horário de Entrega

4.2.1. Os materiais deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Presidente Vargas, 1.231, Senador Valadares, Pará de Minas/MG, CEP 35661-044, no horário de 08 às 17 horas.

4.2.2. O descarregamento do produto ficará a cargo do Contratado, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária.

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**5.1. Do Recebimento**

5.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes na nota de empenho, no termo de referência e na proposta.

5.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e na proposta comercial, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.3. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material, bem como o atendimento das exigências contratuais e consequente aceitação, que deverá acontecer, mediante termo detalhado, em até **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento provisório.

5.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, notificando o Contratado para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.1.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.1.7. O recebimento/aprovação do(s) produto(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil do Contratado por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei Federal n.º 8.078, de 1990.

5.2. Da Liquidação

5.2.1. A Liquidação será efetuada no prazo de até **10 (quinze) dias úteis** contados da data da entrega definitiva do produto e respectivo aceite do Contratante.

5.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 5.2.2.1. O vencimento;
- 5.2.2.2. A data da emissão;
- 5.2.2.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;
- 5.2.2.4. O período respectivo de execução do contrato;
- 5.2.2.5. O valor a pagar; e
- 5.2.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

5.2.4. A nota fiscal ou o instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhado da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.3. Do Pagamento

5.3.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o Contratado indicar, no prazo de até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da data final da liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.

5.3.1.1. A Administração deve observar a ordem cronológica nos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**.

5.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.3.5. Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.4. Da Antecipação do Pagamento

5.4.1. A presente contratação **NÃO** permite antecipação de pagamento.

6. DA GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. Regras Gerais

6.1.1. Conforme disposto no art. 95, II da Lei 14.133, de 2021, não será necessário firmar instrumento de contrato, sendo este substituído por nota de empenho de despesa e autorização de compra.

6.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e art. 14 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.1.5. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

6.2. Da Fiscalização do Contrato ou Aquisição

6.2.1. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes as suas competências, nos termos do inciso I do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.2. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, nos termos do inciso II do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.3. O fiscal do contrato emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção, nos termos do inciso III do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.4. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e inciso IV do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.5. O fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas, nos termos do inciso V, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.6. O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato, nos termos do inciso VI, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, nos termos do inciso VII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.8. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VIII, do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

6.3. Da Gestão do Contrato ou Aquisição

6.3.1. O gestor do contrato orientará os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições, nos termos do inciso I, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, nos termos do inciso II, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, nos termos do inciso III, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.4. O gestor do contrato coordenará a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, nos termos do inciso IV, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.5. O gestor do contrato coordenará os atos preparatórios relativos à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais, nos termos do inciso V, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.3.6. O gestor do contrato realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VI, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

- 6.3.7. O gestor do contrato elaborará o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos termos do inciso VII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.
- 6.3.8. O gestor do contrato tomará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso, nos termos do inciso VIII, do art. 15 do Decreto nº 48.587, de 2023.

7. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação por valor, com fundamento na hipótese do art. 75, **inciso II** da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sob a forma ELETRÔNICA, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO** por lote, conforme justificativa apresentada no documento 101233609, em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido.
- 7.2. **Dos critérios da aceitabilidade da proposta**

7.2.1. A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias corridos contados da data de aceitação.

7.2.2. Em até **05 (cinco) dias úteis**, a partir da data de publicação do resultado da dispensa de licitação, o vencedor, obrigatoriamente, deverá encaminhar para a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA, duas amostras de 500 gramas cada extraídas do lote a ser entregue.
- 7.3. **Da amostra**

7.3.1. Será exigido o envio de amostras, tendo em vista a previsão expressa na Resolução Conjunta SEPLAG/SEAPA/SES nº 28, de 09 de outubro de 2018, e conforme disposto no §3º, art. 17 e inciso II, art. 41 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para os lotes deste processo.

7.3.2. As amostras apresentadas para cada lote entregue deverão ser aprovadas em 2 (dois) laudos distintos, sendo:

7.3.2.1. **Laudo sensorial (art. 7º, § 3º):** avalia a qualidade da bebida com notas de 4,5 a mais de 7,3, conforme a categoria (Tradicional, Superior, Gourmet).

7.3.2.2. **Laudo laboratorial (art. 7º, § 4º):** verifica possíveis contaminações e impurezas (elementos histológicos, sujidades, parasitos, larvas e análise de rotulagem).

7.3.3. **A amostra deverá ser entregue** Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Edifício Gerais, 10º andar, Serra Verde - CEP 31.630-901 - Belo Horizonte/MG, aos cuidados do Diretor de Planejamento, Orçamento e Logística, Nicolas Pereira Campos Ferreira, as quais serão encaminhadas para análise laboratorial, nos termos do artigo 7º, §1º, da Resolução Conjunta SEPLAG/SEAPA/SES nº 028/2018.

7.3.4. O laudo elaborado pelo laboratório será encaminhado para a **Superintendência Regional de Ensino** contratante para fins de assinatura do contrato.

7.3.5. Deverão ser entregues devidamente identificadas com o do nome da empresa, número do processo na embalagem original de comercialização e rótulo de acordo com a legislação vigente (número do lote, data de fabricação, prazo de validade, razão social e endereço do fabricante e importador e nome do responsável técnico), com instruções de uso em português, advertências, precauções.

7.3.6. Quando se tratar de item de valor unitário não significativo ou que a amostra/protótipo seja de um produto descartável ou que fique inutilizável após os testes, a Administração ficará com o item e providenciará o seu descarte 30 dias após a homologação do procedimento de cotação eletrônica.

7.3.6.1. As amostras aprovadas não poderão ser descontadas do total do material adquirido.

7.3.7. Para realização da avaliação técnica, para cada item, os licitantes deverão fornecer 2 (duas) unidades de amostra, para cada entrega.

7.3.8. As amostras apresentadas pelos licitantes deverão ser referentes ao lote que será entregue, não sendo aceitos produtos produzidos com o único fim de serem apresentados como amostras.

7.3.9. Será desclassificada a proposta do licitante que tiver amostra rejeitada ou não a entregar no prazo estabelecido.

7.3.10. A entrega das amostras é de inteira responsabilidade do licitante, não podendo a Administração Pública responder por quaisquer extravios ou fatos de terceiros.

7.3.11. Será realizada a comparação entre a amostra apresentada pelo licitante e as especificações técnicas do item ao qual a amostra corresponde, bem como às características gerais e mandatórias do objeto desta licitação.

7.3.12. Serão aprovadas as amostras que atenderem totalmente às especificações técnicas e características gerais e mandatórias do objeto desta licitação.

7.3.13. Caso haja **REPROVAÇÃO** do produto apresentado como amostra pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar (menor preço), o licitante provisoriamente classificado em segundo lugar será oportunamente convocado para apresentação de amostra do produto ofertado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e assim sucessivamente, até que seja selecionado produto com amostra aprovada.

7.3.14. O direito de interpor recurso e exercitar o contraditório e a ampla defesa frente ao laudo ou parecer que concluir pela desconformidade da amostra ao objeto da licitação será assegurado, devendo ser realizado no momento da fase recursal, conforme cláusula 10 do Edital.

7.3.15. Poderão ser agregados à análise, para efeito de orientação técnica, classificação ou desclassificação, indicadores da experiência anterior no uso do produto pelo ÓRGÃO/ENTIDADE, bem como informações junto a outros órgãos públicos ou privados que já tenham usado o produto, além da análise de prospecto ou catálogo do material.

7.3.16. Os Pareceres da área técnica, contendo o resultado da avaliação técnica das amostras, serão divulgados a todos os licitantes através de comunicação eletrônica, bem como no quadro de avisos do Portal de Compras, no prazo de até 3 (dez) dias úteis após o recebimento "do laudo laboratorial" das amostras.

7.3.17. O café licitado deve ser embalado em no máximo 30 dias anteriores à data de entrega do produto.

7.3.17.1. O produto a ser entregue deverá possuir **embalagem a vácuo** e sua validade a partir da data de embalagem deve ser de 12 (doze) meses no máximo.

7.3.17.2. Os registros da data de fabricação/embalagem e validade devem estar estampados no rótulo da embalagem.

7.3.18. Para efeito da assinatura do contrato de licitação, o ganhador deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, apresentar documento, em vigência, que comprove estar o estabelecimento produtor licenciado pela Autoridade Sanitária competente.

7.3.19. Será desclassificado o lote de café que apresentar uma ou mais das características abaixo indicadas:

7.3.19.1. aspecto generalizado de mofo;

7.3.19.2. mau estado de conservação;

7.3.19.3. odor estranho de qualquer natureza;

7.3.19.4. presença de sementes tóxicas;

7.3.19.5. elementos histológicos não característicos do endosperma do café;

7.3.19.6. matéria prejudicial à saúde humana.

7.3.20. Considerar-se-á fraude, a adulteração de qualquer ordem ou natureza praticada na classificação, na certificação, na produção, no acondicionamento e embalagem, transporte e distribuição, bem como em quaisquer documentos de qualidade do produto.

7.3.21. Serão avaliados os seguintes critérios objetivos das amostras e/ou serão realizados os seguintes testes:

LOTE	CÓDIGO SIAD	CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS/PROTÓTIPOS
01	1370928	Anexo Único - Resolução Conjunta SEPLAG/SEAPA/SES nº 028, de 21 de setembro de 2018

7.3.22. Serão aprovadas as amostras que atenderem totalmente às especificações técnicas e características gerais e mandatórias do objeto desta licitação.
- 7.4. **Da Prova de Conceito (PoC)**

7.4.1. Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta contratação.

8. **DA HABILITAÇÃO**

- 8.1. **Habilitação jurídica:**

8.1.1. Documento de identificação, com foto, do responsável pela(s) assinatura(s) da(s) Proposta(s) Comercial(is).

8.1.2. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual.

8.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias, cooperativas ou empresas individuais de responsabilidade limitada e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores.

- 8.1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas em se tratando de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- 8.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.
- 8.1.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

- 8.2.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
- 8.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 8.2.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.2.3.1. A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.
- 8.2.3.2. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.2.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço –FGTS.
- 8.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 8.2.6. Comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

8.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- 8.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida nos últimos 06 (seis) meses.

8.4. Da Qualificação técnico-operacional e técnico-profissional:

- 8.4.1. Não será exigida a apresentação de documentos relativos à qualificação técnico-operacional e técnico-profissional.

8.5. Habilitação de Cooperativas:

- 8.5.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 8.5.1.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 8.5.1.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.5.1.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;
- 8.5.1.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 8.5.1.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 8.5.1.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 8.5.1.7. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- 8.5.1.7.1. ata de fundação;
- 8.5.1.7.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- 8.5.1.7.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 8.5.1.7.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- 8.5.1.7.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- 8.5.1.7.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

9.1. Do Contratante

- 9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, e atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.
- 9.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte os bens entregues, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado.
- 9.1.6. Comunicar o Contratado para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.1.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 9.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente instrumento.
- 9.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.
- 9.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 9.1.10.1. A Administração terá o prazo de até **15 (quinze)** dias corridos a contar da data do protocolo do requerimento, tratado no item 9.1.10, para decidir e admitir a prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 9.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de **30 (trinta)** dias corridos.
- 9.1.12. Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.
- 9.1.13. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.
- 9.1.14. Disponibilizar local adequado para o fornecimento do objeto.
- 9.1.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados

9.2. Do Contratado

- 9.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 9.2.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso;
- 9.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 1990;
- 9.2.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e inciso III, art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

- 9.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados;
- 9.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.2.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 9.2.9. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;
- 9.2.10. Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência;
- 9.2.11. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 9.2.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato;
- 9.2.13. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- 9.2.14. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.2.15. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.2.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.2.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.2.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.2.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea "d", art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 9.2.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.2.21. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste documento, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.2.22. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 9.2.23. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.2.24. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.2.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- 10.1.1. Der causa à inexecução parcial da contratação;
- 10.1.2. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 10.1.3. Der causa à inexecução total da contratação;
- 10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 10.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 10.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 10.1.8. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a contratação e execução do contrato;
- 10.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;
- 10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.
- 10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 10.2.1. **Advertência** - quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §2º, art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 10.2.2. **Impedimento de licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.2 a 10.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- 10.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos subitens 10.1.2 a 10.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no §5º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).
- 10.2.4. **Multa:**
- 10.2.4.1. Moratória de **0,5 % (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de [inserir número de dias] [escrever por extenso] dias.
- 10.3. As sanções previstas nos subitens 10.2.1, 10.2.2 e 10.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no §7º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme §8º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.5. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme disposto no §9º, art. 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.9. Em observância ao disposto no §1º, art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:
- 10.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

- 10.9.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 10.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 10.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
- 10.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei de Licitações.

10.11. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme art. 161, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

10.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da aquisição é de **R\$ 11.786,50 (onze mil setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos)**, conforme custos unitários apostos no quadro constante do subitem 1.1 deste Termo de Referência.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela **Lei nº 24.678, de 17 de janeiro de 2024**.

12.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação: **1261.12.368.169.2128.0001.3.3.90.30.08.0.10.1, para atender a SRE Pará de Minas.**

12.1.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação: **1261.12.368.168.4527.0001.3.3.90.30.08.0.10.1, para atender a EE Professor Agmar Gomes do Couto.**

12.2. A dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

PARÁ DE MINAS, 8 DE NOVEMBRO DE 2024.

Nome Elaborador: Eduardo César da Silveira Sousa
Masp: 1.319.692-8

Nome Aprovador: Gilson Pereira da Silva
Masp: 1.210.198-6

Nome Aprovador: Tânia de Moura Morato Resende
Masp: 284.060-1



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Cesar da Silveira Sousa, Servidor**, em 08/11/2024, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Pereira da Silva, Diretor Administrativo e Financeiro**, em 08/11/2024, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tania de Moura Morato Resende, Superintendente Regional de Ensino**, em 08/11/2024, às 18:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **101233612** e o código CRC **93E65A88**.